



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos.

A QUESTÃO SOCIAL EM DEBATE: PROBLEMATIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

MARIA ELIZABETH SANTANA BORGES¹
ERMILDES LIMA DA SILVA²
LOUISE OLIVEIRA RAMOS MACHADO³
GABRIELA BONFIM SILVA COUTINHO⁴
YASMIN DE OLIVEIRA MATOS AZEVEDO⁵

Resumo: O texto resulta de estudos sobre o significado da questão social, vindo de um grupo que se propõe a alimentar o debate teórico-conceitual, bem como a compreensão da questão social como objeto da profissão. A exposição está dividida em três itens, buscando explicitar a compreensão do seu significado, demarcando que a emergência da questão social está imbricada ao processo de consolidação do modelo econômico capitalista. Apresenta a síntese do estudo de autores contemporâneos do serviço social, buscando identificar como expuseram sua interpretação do conceito. E por fim, aponta questões que remetem ao processo de construção de conhecimento.

Palavras-chave: Questão social; Serviço social; Trabalho profissional.

Abstract: The text results from studies on the meaning of the social question, coming from a study group that proposes to feed the theoretical-conceptual debate, as well as the understanding of the social question as object of the profession. The exhibition is divided into three items, seeking to clarify the understanding of its meaning, stating that the emergence of the social question is imbricated to the process of consolidation of the capitalist economic model. It presents the synthesis of the study of contemporary authors of social service, seeking to identify how they exposed their interpretation of the concept. And finally, it points out questions that refer to the process of knowledge construction.

Keywords: Social issue; Social service; Professional work

INTRODUÇÃO

Este texto resulta dos estudos que envolvem 3 docentes e 2 estudantes sobre o significado da questão social, formado a partir do debate que envolve a disciplina “serviço social e questão social”. O grupo de estudo propõe-se a alimentar o debate

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, E-mail: bethborges@gmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, E-mail: bethborges@gmail.com.

³ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, E-mail: bethborges@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade Federal da Bahia, E-mail: bethborges@gmail.com.

⁵ Estudante de Graduação, Universidade Federal da Bahia, E-mail: bethborges@gmail.com.

teórico-conceitual que sustenta o conteúdo da disciplina, bem como a compreensão do método analítico que permite ter a questão social como objeto da profissão. Inicialmente, o grupo reproduziu um roteiro que reproduz e aprofunda como os autores do serviço social explicitam sua interpretação sobre esse fenômeno, passando para uma atualização das polêmicas que envolvem os limites teórico-conceituais. Esta matriz se constitui num embrião para uma pesquisa sobre a questão social na realidade atual, ainda em fase de maturação.

A pesquisa aponta para a busca de uma compreensão da questão social, passando pelo debate no serviço social. A perspectiva adotada considera o resgate histórico da emergência do capitalismo, chegando à formação social brasileira, para daí extrair os eixos de compreensão da questão social e de seus indicadores econômicos, sociais e políticos. Aqui expressamos apenas uma síntese do que vimos pesquisando e construindo, já que este tema é envolto em alta complexidade e entrelaces teórico-práticos; no limite de uma comunicação, apontamos tão somente o ponto de partida para estudos posteriores.

A exposição está dividida em três itens; no primeiro, explicitamos a perspectiva adotada; no segundo, resgatamos como o conceito é trabalhado para explicar a questão social como objeto da profissão; no terceiro, então, expressamos algumas questões, levantadas como parte dos debates que recolocam polêmicas atuais em torno do tema. Por fim, não há conclusões a oferecer, mas tão somente alguns apontamentos que são parte de nosso percurso de estudos.

1. A PERSPECTIVA ADOTADA PARA O CONCEITO DE QUESTÃO SOCIAL

Ao entendermos a questão social como objeto de intervenção do serviço social, de forma consolidada teoricamente e alvo de discussões e divergências em seu trato, vimos buscando em nossos estudos compreender o seu significado, em sua dimensão histórica, estrutural e política. Adotamos como perspectiva analítica, a orientação marxiana (materialista, histórica e dialética), que nos indica que a questão social tem sua dimensão histórica, por sua gênese estar vinculada ao processo de acumulação primitiva do capital, que funda um novo modo de produção; em sua dimensão estrutural, o modo de produção capitalista, que é fundado na exploração do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção; e na dimensão política, por se tornar objeto de luta da classe trabalhadora, ao entender a real explicação para a pauperização e, por conseguinte, a necessidade de transformação social.

Essas nossas conclusões têm como perspectiva que, a emergência da questão social está imbricada ao processo de consolidação do modelo econômico capitalista, nos termos já decifrados por Netto (2001), por Yamamoto (1982), os pioneiros, e tantos outros autores. Para nossa análise, tomamos como referencial teórico a perspectiva crítica marxiana, a qual nos apresenta um método de análise, pautado nas contradições presentes na formação social em destaque e nas condições materiais do modo de produção capitalista.

Entendemos que Marx nos fornece toda a base explicativa dos elementos e do próprio processo de conformação da “questão social”, embora não a trate taxativamente e nem utilize a expressão em seus escritos, mas, no conjunto a sua obra contribui para desvelar a exploração inerente às relações de trabalho sob o domínio do capital, deixando evidente que esse fenômeno só se esgota se houver o esgotamento do modo de produção que o gestou.

A filosofia marxiana está fundamentada na compreensão do trabalho como a primeira atividade humana que se diferencia das demais espécies, formando as condições materiais necessárias à existência da humanidade, o que funda o “ser-social”. A sociabilidade humana é, pois, fruto de constante transformação da natureza e de si mesmo, num processo eminentemente coletivo. Ao investigar sobre a dinâmica do trabalho no capitalismo, Marx se defronta com o processo de acumulação e de concentração de riqueza, que se funda na exploração do trabalho alheio (trabalhador). Esse processo se origina na “chamada acumulação primitiva”, onde ele descreve a situação de degradação da vida social.

Para Marx, o modo de produção capitalista começa a se consolidar tendo como ponto de partida o processo de acumulação primitiva. Segundo ele (2011 p. 961): a assim “chamada acumulação primitiva” não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

Fatores como a supressão da escravidão, a subjugação do trabalhador, a existência de cidades soberanas e a expropriação dos meios de subsistência e consequente formação do trabalho livre, fizeram parte dessa “pré-história” do modo de produção capitalista, promovendo uma revolução nas condições de produção. Dessa maneira, houve paulatinamente o esgotamento da sociedade feudal, com a expulsão e expropriação do proletariado, sendo a população dividida entre aqueles que detinham

os meios de produção (burguesia) e aqueles que possuíam apenas a força de trabalho como meio de sustento (proletários).

A onda industrializante na Europa Ocidental, no final do século XVIII, proporcionou que a polarização de classes, sempre existente na história, cedesse lugar a uma polarização de mercado, permitindo, assim, a consolidação da produção capitalista e um processo de pauperização, que ia de encontro à abundância da produção de mercadorias e do desenvolvimento das forças produtivas. Em face dessa conformação social surge, em meados do século XIX, a expressão “questão social” no vocabulário político da sociedade, assumida por trabalhadores, a partir de sua experiência de organização política. Até então, tal expressão coincidia estritamente com o pauperismo, por esta ser a forma mais visível, resultante da contradição que o modelo econômico expressava.

O fenômeno emergente foi derivado da expulsão e expropriação do proletariado que não seria absorvido pela manufatura emergente (e posteriormente indústria) com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Assim, se constituía uma massa excedente de trabalhadores, o chamado “exército de reserva”, imersa na pobreza social vigente, outro fator inerente a este modo de produção. Dessa maneira, ao mesmo tempo que havia como nunca um progresso econômico, uma ampla produção social de riquezas, havia precárias condições de sobrevivência da massa populacional, explorada e mal remunerada, fazendo com que o processo de pauperização se agravasse e tornasse cada vez mais nítido, tanto para a burguesia, quanto para o proletariado que não se conformou com esse cenário.

Segundo Marx (2011, p. 1013):

Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista.

A partir disso, a “questão social” passa a ser incorporada pela classe trabalhadora, ultrapassando os limites de apropriação conservadora e burguesa; “as vanguardas trabalhadoras acederam, no seu processo de luta, à consciência política de que a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela” (NETTO, 2011, p.156). Assim, tal expressão se articula a um movimento que visa a transformação, se torna

objeto de luta política, reivindicando novas posições da classe empresarial e do Estado.

É dessa fase que advém a necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado, a qual passa a desempenhar um conjunto de funções, dentre elas, alargar sua base social de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a institucionalização de direitos e garantias e sociais. Conforme Netto (2011), a gênese sócio-histórica da profissão só pode ser compreendida na relação com a “questão social”, a partir da fase monopólica do capitalismo, vez que *“as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica”* (p. 18, grifos do autor).

Desse modo, tomando essas indicações para compreensão do conceito, fazemos o estudo de autores contemporâneos do serviço social, buscando identificar como expuseram sua interpretação, sabendo que há uma questão social na realidade, visível em suas expressões e legada na história, como também uma “questão social” representada conceitualmente, como abstração, como é de ser o processo de conhecimento, da construção de mediações teórico-práticas.

2. A ADOÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DA PROFISSÃO

Buscamos localizar em autores mais usados como referência, como o conceito “questão social” foi sendo construído, afinal, a questão social é o objeto da profissão, logo é imprescindível fazer a discussão, com vistas a explicitar as óticas diversas e apresentar uma problematização, emergente dos nossos estudos mais recentes.

Apesar do debate sobre a questão social ter começado na Europa já no século XIX, no Brasil, especificamente no serviço social, a questão social só se torna a percepção central da profissão no final do século XX, até então, o objeto da ação profissional era considerado as relações sociais. Essa compreensão vem do conjunto de informações e debates, de que o objeto de intervenção profissional sempre foi a questão social, porém, só na década de 1980 que o serviço social brasileiro toma essa consciência e leva a questão social para uma centralidade na profissão, fundamentada na vertente marxista.

O período inicial da institucionalização do serviço social no Brasil (1930-1940) marca a atuação profissional nas refrações da questão social, entendidas apenas

como problemas sociais e de motivações individuais, com ações sociais de natureza filantrópica, com grande influência da Igreja Católica. Mais tarde, a partir de 1945, ganha uma postura mais tecnicista, sob a influência positivista, que apenas modernizou a profissão, do ponto de vista metodológico-interventivo. Como diz lamamoto (2008, p. 171):

A profissionalização do Serviço Social pressupõe a expansão da produção e das relações sociais capitalistas, impulsionadas pela industrialização e urbanização, que trazem, no seu verso, a questão social. (...) O estado, ao centralizar a política sócio-assistencial efetivada através da prestação de serviços sociais, cria as bases sociais que sustentam um mercado de trabalho para o assistente social, que se constitui como um trabalhador assalariado.

A década de 1980 é um marco para o Serviço Social brasileiro, posto ter sido quando a profissão assumiu uma postura de ruptura com o conservadorismo católico/burguês e adotou a teoria marxista, assumindo uma postura política e social crítica, a favor da classe trabalhadora. Duas publicações importantes marcaram esse período, trazendo a questão social como o objeto da profissão: “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço histórico de uma interpretação histórico-metodológica” (1982), produzido por Marilda lamamoto e Raul de Carvalho; e “Serviço Social: identidade e alienação” (1989), produzido por Maria Lúcia Martinelli.

Desde então, lamamoto afirma que a questão social se expressou devido às transformações sociais decorrentes da mudança da base econômica- o fim da república agrária e o início da industrialização (década de 1930) - gerando profundas mudanças, como a exploração do trabalho e precarização nas condições de vida da classe trabalhadora, que passaram a exigir uma outra intervenção, além da caridade e repressão. Por outra via, Martinelli afirmava que a institucionalização do serviço social surgiu devido à necessidade do Estado e da classe burguesa em controlar as reivindicações da classe trabalhadora. Ela adotou a questão social como o objeto da profissão, pois é nela que se expressa a relação contraditória do capitalismo.

Tanto lamamoto como Martinelli são autoras clássicas do serviço social, que iniciaram uma vasta produção na área, explicitando as compreensões acerca da questão social e sua utilização conceitual. De igual influência, Netto (2011, p. 25) define a questão social como:

O conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos determinado pelo surgimento da classe operária e sua inserção no processo de produção e reprodução capitalista, assim sua origem se encontra na fase do capitalismo monopolista, quando a classe operária ganha engajamento político.

Netto oferece uma vasta obra com os fundamentos teóricos de sua compreensão da questão social, tendo dado grandes contribuições para o debate no serviço social. O serviço social brasileiro tem-se nutrido de suas reflexões e indicações de trilhas. Mostrando o recurso de método, o Prof. Netto apresentou sua tese de doutoramento sob duas grandes publicações, sendo de grande impacto “Capitalismo monopolista e Serviço social” (1992), iniciando com isso uma fértil produção intelectual, direcionada para subsidiar o debate e preencher lacunas teóricas, relativas ao tema questão social. Um pequeno-grande texto, intitulado “5 notas a propósito da questão social” (2001), é exemplar da sua capacidade explicativa, de muita precisão histórica, situando o significado do conceito e seu uso no serviço social.

No debate teórico da área, outros autores do serviço social ofereceram sua contribuição e numa outra direção, Faleiros (2001) defendeu que “a questão social é puro reducionismo, pois não é levado em conta as complexidades da sociedade: sua história, suas contradições, seus diferentes projetos de sociedade, os atores e sujeitos individuais e coletivos e etc”. Já Yasbek (2001) realizou uma crítica parecida, ao afirmar que “a questão social não inclui discussões como: a questão de gênero, etnia, as minorias, as crianças em abandono, moradores de rua, idosos, violência doméstica e etc”; a autora apresenta um diferencial, ao privilegiar categorias como pobreza, subalternidade e exclusão social- a qual ela trata como uma derivação da questão social.

No contexto atual, ocorreram profundas transformações na estrutura de classe, no processo político e sindical e na própria produção capitalista. Essas mudanças vivenciadas pelo capitalismo levaram alguns autores a pensar na “nova questão social”, o que foi frontalmente combatido no serviço social. E nessa linha, localizamos em Pastorini (2010, p. 112-113) a afirmação de que:

A questão social continua sendo o conjunto dos problemas relacionados à produção de mercadorias e mais-valia e também a reprodução das relações capitalistas, logo, a questão social permanece a mesma, já que os problemas ainda não foram superados e o sistema permanece o mesmo, surgindo apenas, novas manifestações dessa questão social, fruto do novo e diferente estágio do capitalismo.

Esta autora não nega a construção anterior, no que é acompanhada por outra mais contemporânea, Santos (2012, p. 27), que, também fazendo a abordagem da questão social na vertente marxiana, afirma que a “questão social” é expressão das relações de exploração do trabalho pelo capital. A autora justifica o uso das aspas sobre a questão social, porque ela não existe na realidade, mas tem apenas o mérito de ser o seu conceito de natureza reflexiva. Ela afirma que este conceito não tem valor

heurístico, pois, para ser uma categoria deve existir na realidade, e no caso, o que existe na realidade são as expressões fenomênicas (pobreza, fome, violência, desemprego e etc.).

Diz a autora (2012, p. 18, grifos da própria):

[...] a “questão social” em si, a partir dessa concepção, não existe na realidade e, assim sendo, deve ser entendida *como um conceito* – cuja natureza é reflexiva, intelectualiva (Pontes, 1995) – e *não como categoria*. As categorias, para serem consideradas como tais, devem, antes, ter existência concreta, real, a fim de que seja possível a sua abstração no âmbito do pensamento. Neste caso, trata-se de afirmar a *existência real não é da “questão social” e sim de suas expressões*, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista.

Numa outra vertente, Ivone Silva (2014) faz a discussão acrescentando uma interpretação de que existiria a questão social latente e questão social (propriamente dita). Para ela, a questão social latente estaria ligada à nossa raiz colonial-escravista, como sinônimo da contradição, exploração, acumulação, conflitos e lutas geradas no interior da sociedade brasileira, no processo de vinculação ao capitalismo. Nesse período, não existiria por parte dos sujeitos que lutavam por um projeto de superação do colonialismo essa consciência, que passa a existir no período industrial (a partir da década de 1930) com as lutas operárias, marcando o momento que a questão social deixa de ser latente e passa a ser legitimada. Esta autora apresenta a novidade de recuperar o processo histórico da formação social brasileira, buscando seus fundamentos em lanni.

No percurso teórico-metodológico construído pelo Serviço Social nas últimas décadas, especialmente no quadro que Netto (1996) qualificou como “maturação profissional”, a compreensão da relação entre a “questão social” e o Serviço Social não tem sido unânime; tanto na dimensão teórica, quanto nas respostas profissionais direcionadas às expressões da “questão social”, que têm sido as mais diversas. Esses autores indicados e outros, passam a apontar novas modalidades de utilização do conceito e de análise da realidade atual, com o surgimento de abordagens transversais a outros temas de importância no serviço social, deixando espaços para novos debates e problematizações, o que estamos apontando como parte de nossos estudos.

Aparece no debate contemporâneo as autoras feministas que questionam os limites da interpretação sobre a questão social, compreendida apenas na perspectiva de classe, lembrando que é preciso relacionar com debate de gênero. É recente a produção teórica feminista materialista, que não dispensando a classe como categoria central, articula com outras dimensões que se relacionam ao mundo concreto, da vida

e das relações sociais de sexo. Nessa lavra, apontam os debates de Cisne e Santos (2018) trazendo uma atualização da questão social. Não é recente que Cisne vem apontando para o entrelace com a Assistência Social, que, segundo ela, sempre foi dada como responsabilidade feminina, tanto com as “damas de caridade” como com as primeiras damas. Ela afirma (CISNE, 2008, p.):

Na sociedade patriarcal capitalista em que vivemos as mulheres são ensinadas a acolher, cuidar, educar, acalmar e servir, sendo responsabilizadas pelo “bem-estar” da família e, por extensão, da sociedade. De forma sintética, na divisão sexual do trabalho, cabe às mulheres a reprodução social. Nessa responsabilidade com a reprodução social, todas as características, habilidades e qualidades tidas como naturalmente femininas, tais como bondade, abnegação, espírito de sacrifício, benevolência, capacidade de acolhimento entre outras são acionadas. Com isso, forja-se um terreno favorável para assegurar o controle da questão social, e, ao mesmo tempo, desresponsabilizar, as estruturas de poder do capital pelas suas expressões. Desloca-se, pois, o foco da questão social – a contradição entre capital e trabalho- para a responsabilização feminina com a reprodução social.

Este debate é apontado por outras autoras, na interseccionalidade entre gênero e classe, e mais recentemente, também com raça e etnia como necessário a uma abordagem sobre todas as formas de dominação. Para algumas autoras, a vertente marxista estaria reduzindo a questão social apenas à classe, o que é questionável, por ignorar outras dimensões sócio-históricas e culturais, em que se manifestam as diferenças sexuais, de raça/etnia e de gênero. São perspectivas diferenciadas e, muitas vezes, divergentes e que só agora estão vindo a tona, enriquecendo o pensamento social. Parece ser o momento de plena maturação intelectual de parcela da categoria profissional, especialmente no campo da docência e da produção de conhecimento, para a produção de novos estudos e debates nesse campo.

3. A QUESTÃO SOCIAL AINDA OBJETO DE ESTUDO E NOVAS POLÊMICAS

É fato notório que o debate conceitual da “questão social” no Serviço Social tem ganhado densidade, e, dado o seu potencial explicativo para compreensão da realidade, constitui um dos elementos centrais para análise da inserção do Serviço Social no cenário contemporâneo.

A questão levantada por Santos (2012) sobre a “questão social” apresenta uma pertinente discussão, que no nosso entendimento é tratada como umas das “polêmicas” contemporâneas envoltas no tema. Para esta autora, a “questão social” não pode ser elevada ao estatuto de uma categoria, no sentido marxiano, como “forma de ser, determinação da existência”, devendo ser entendida *como um conceito* de

natureza reflexiva. A “questão social” nestes termos alude ao modo pelo qual a realidade se apresenta aos profissionais do Serviço Social.

Nesse sentido, corroborando com a citação anterior, Borges (2013, p. 2) enfatiza que o entendimento da “questão social” não é o que se manifesta “em estado bruto”, na sua face aparente; a compreensão das situações singularizadas nas demandas apresentadas no escopo de atuação das instituições empregadoras das/os assistentes sociais “só podem ser apreendidas como “questão” por mediações teóricas, fazendo um percurso metodológico para tomar essas situações como a aparência de um fenômeno só compreensível numa perspectiva de totalidade”.

Diante disto, cabe ressaltar a centralidade do método crítico-dialético na análise da atuação profissional, como imprescindível para ultrapassar a “aparência fenomênica, imediata e empírica” (NETTO, 2011, p, 22); para alçar a essência, ou seja, construir mediações para articular o trânsito entre as situações singulares postas no cotidiano profissional à totalidade histórico-social, proceder teórico-metodologicamente o movimento entre singular e universal, na consolidação de um trabalho propositivo e crítico, comprometido com processos emancipatórios. Este exercício já se constitui num grande desafio, tanto pela exigência teórica, quanto pelo imediatismo da atuação institucional, sabendo que, a forma como o Estado atua é fragmentando a “questão social” em suas refrações, de forma seletiva e programática, no trato epidérmico através de procedimentos burocratizados e residuais.

Aqui floresce mais uma das nossas reflexões, ao atentarmos para a intervenção pragmática e despolitizada que o Estado, através de políticas sociais setoriais, vem direcionando à “questão social”, como expressões parcializadas e fragmentadas, na teia perversa entre coesão social, psicologização e refilantropização do social. Não há como supor que a “questão social” se resolve pela via do Estado burguês e ainda que é bastante ter políticas sociais para suprimi-la, especialmente em um cenário de privatização dos direitos sociais.

Nesse horizonte, Maranhão (2016) expõe que a multiplicidade de manifestações da “questão social”, que se mostram no trabalho profissional de assistentes sociais, é tão diversa e heterogênea, que não se deixam captar por estatísticas e indicadores sociais, típicos dos modelos formal-abstratos de apreensão da realidade social, utilizados no cotidiano profissional. Nesse solo, as intervenções tradicionalmente adotadas pelo Serviço Social, não são capazes de tornar nítido o “gigantesco sistema de mediações concretas que formam a rede em que se tece a multiplicidade de demandas apresentadas cotidianamente ao Serviço Social, na forma de refrações da “questão social” (MARANHÃO 2016, p.171-172).

Uma outra autora que problematiza sobre o uso do conceito, Potyara Pereira (2001,) ao argumentar acerca da relação dialética entre estrutura e ação, ressalta os pressupostos e condições indispensáveis à explicitação da “questão social”, isto é, a relação entre estrutura e *sujeitos estrategicamente situados*. Tal dialética remete a uma ação política dos sujeitos (não somente de uma profissão) que possibilite a explicitação da correlação de forças e contradições que conformam a ordem vigente. Desse modo, há a necessidade de levar em conta a complexa totalidade das relações e particularidades que mediatizam a “questão social”, razão pela qual, mesmo no caráter universal da exploração do trabalho, objetivam-se às peculiaridades de cada formação social, notadamente na característica que permeia a história da sociedade brasileira: a restrição de direitos e a debilidade democrática.

No conjunto das leituras, compreendermos que urge uma maior apropriação teórica sobre a forma de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em suas estruturas econômicas, políticas e socioculturais, intrinsecamente ligado ao patrimonialismo e patriarcalismo, à exploração do trabalho, as desigualdades sociais com traços étnico-raciais, de gênero e patriarcais, sociorregionais e agrárias. Ampliando o espectro do debate, indicamos que ainda devem ser problematizadas as manifestações da questão social como objeto do trabalho profissional.

Para tanto, compete-nos retomar a radicalidade da concepção estrutural, histórica e política da “questão social”, ao conectá-la ao desenvolvimento capitalista, no reconhecimento de seus limites na sociedade burguesa, uma vez que diferentes estágios do capitalismo produzem diferentes manifestações (PASTORINI, 2010), sendo essa constitutiva do desenvolvimento do capitalismo, não se soluciona a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2001). Os estudos seguintes deverão aprofundar as questões aqui apontadas, propondo um outro patamar do debate teórico-conceitual, abrindo questões de futuro. É objetivo do Grupo agregar pesquisadoras, assistentes sociais de campo, estagiários e monitores para dar continuidade à investigação teórico-prática a respeito da questão social. Do ponto de vista dos estudos, a proposta é aprofundar o conhecimento da formação social brasileira, na perspectiva histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pretensão de apresentar respostas, as reflexões aqui expostas foram mobilizadas pela curiosidade por novas problematizações e aproximações teóricas, no intento de melhor decifrar a “questão social” e a sua relação com a profissão, de

maneira que qualifique a perspectiva de análise da realidade social e as mediações para a atuação profissional, em resposta às necessidades sociais.

A questão social compreendida como objeto de trabalho profissional, deve apontar a materialidade das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, veladas ou explícitas, o que demanda da categoria profissional mais consistência analítica e respostas técnico-ético-políticas mais qualificadas, capazes de extrapolar as abordagens difusas e pulverizadas, para adensar uma compreensão totalizante das demandas dirigidas aos/as assistentes sociais. Advém daí a necessidade de escolhas ético-políticas e rigorosa análise da realidade, para delinear estratégias técnico-operativas que não se limitem apenas à execução das demandas cotidianas, mas, sobretudo, que contribuam com a construção de alternativas críticas, comprometidas coletivamente com o ideário emancipatório.

Para contribuir com essa tarefa, o Grupo propõe-se aprofundar o debate teórico-conceitual e enveredar por um campo empírico de reconhecimento da questão social como realidade. Ao concordar com as autoras que concluem não ter a questão social o potencial heurístico, apontamos um nó a ser desatado, do ponto de vista da relação deste conceito-chave com a definição do objeto da profissão.

REFERÊNCIAS

BORGES, M. E. S. Ética, questão social e trabalho profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013. **Anais [...] (Cd-Rom)**. São Paulo, 2013.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018 (Col. Biblioteca básica)

DIAS, Daiana N.; ZUCCO, Luciana P. De mulher para mulher: o debate de gênero no serviço social. **Revista Feminismos**, v. 3, n.2 e 3, maio/dez.2015.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008

IAMAMOTO, M. V.; CAVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982.

MARANHÃO, C. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, A. E; AMARAL, A. (Orgs.). **Cenários**,

contradições e pelepas do Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016, p. 165-205.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011

MARTINELLI, M. L. **Serviço social:** Identidade e alienação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003

MENEZES, Aline A; COSTA, Ramayana S. **Questão social e serviço social:** Uma retomada histórica a partir de 1980 e os desafios atuais. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. São Paulo, 2013

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, n. 3, Brasília: ABEPSS, 2001.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 17, n. 50, p. 87-132, 1996.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, P. A. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001.

RUSSO, Gláucia; CISNE, Mirla; BRETTAS, Tatiana. Questão Social e mediação de gênero: a marca feminina na assistência social. **SER Social**, Brasília, v. 10, n.22, p. 129-159, jan./jun. 2008

SANTOS, J. S. **“Questão Social”:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de serviço social; v.6).

SILVA, I. M. F. **Questão social e serviço social no Brasil:** fundamentos sócio-históricos. 2. ed. Mato Grosso: EdUFMT, 2014